

DE PORTUGAL A MACAU
FILOSOFIA E LITERATURA NO DIÁLOGO DAS CULTURAS



Universidade do Porto. Faculdade de Letras

2017

Ficha técnica

Título: De Portugal a Macau: Filosofia e Literatura no Diálogo das Culturas

Organização:

Maria Celeste Natário (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)

Renato Epifânio (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)

Carlos Ascenso André (Instituto Politécnico de Macau)

Gonçalo Cordeiro (Universidade de Macau)

Inocência Mata (Universidade de Macau/ Universidade de Lisboa)

Jorge Rangel (Instituto Internacional de Macau)

Maria Antónia Espadinha (Universidade de S. José)

Editor: Universidade do Porto. Faculdade de Letras

Ano de edição: 2017

ISBN: 978-989-99966-9-4

O presente livro é uma publicação no âmbito das atividades do Grupo de Investigação Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

A LUSOFONIA COMO UTOPIA CRIADORA

Adriano Moreira

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19, 1249-122 Lisboa

(351) 213 219 730 | geral@acad-ciencias.pt

Resumo: A língua portuguesa não é nossa, também é nossa; como num fio em que se notam manchas diferentes dos componentes: mas é apenas um fio, não são muitos. E por isso os componentes juntam, apertam, não separam.

Palavras-chave: Lusofonia, cultura de língua portuguesa, pensamento utópico.

Summary: The Portuguese language is not ours, it is also ours; as in a thread in which different stains of the components are noticed: but it is only a thread, not many. And so the components join, tighten, do not separate.

Key words: Lusophony, Portuguese language culture, utopian thinking.

Estamos a celebrar os 500 anos da publicação da *Utopia* de Santo Thomas More (1516), palavra que significa “em parte alguma”, porque o atual católico santo patrocinador de governantes e parlamentares, por decisão do também Santo João Paulo II, descreve um arranjo político sem violência, sem opressão, sem propriedade. Por isso mesmo creio que não é um sentido que se confunda, pelo menos inteiramente, com a lusofonia. Esta corresponde melhor à construção viável de um ideal, não necessariamente com pretensões científicas mas enquadrado por objetivos e valores dependentes da compreensão, adesão, e projeto querido. Projeto que não é um “mito” no sentido de Sorel (1847-1922), o qual tem a função de animar o esforço humano, como procurou com as suas famosas *Reflections on Violence* (1908), não necessariamente física, mas a “violência” dos princípios religiosos, ou morais, ou estruturais derivados de instituições, repudiando o materialismo de Marx por considerar que o capitalismo foi um fenómeno social simples.

O lusotropicalismo, um conceito firmado por Gilberto Freyre, foi antes de mais a descrição de um fenómeno, depois uma busca das causas, finalmente a definição de uma política com raízes históricas e objetivos de um conceito estratégico, ao qual era essencial uma moral. Talvez o sentido da conceção gilbertiana seja melhor compreendido e racionalizado se começarmos por procurar entender a multiplicação de grupos humanos que reclamam identidades separadas, com relações conflituosas com grupos a que reconhecem identidade diferente, e até hierarquias diferenciadas. Talvez na conceção ocidental o grupo politicamente mais identificado tenha recebido a forma de *Nação*, uma palavra que tem que ver com sangue comum, natalidade longa, parentesco, costumes partilhados, objetivos assumidos, politicamente independência e portanto governo próprio, nações enriquecidas por palavras como pátria, história, passado e futuro, o todo consolidado pelo que podemos chamar a vida habitual.

Portugal é, na Europa, uma das mais antigas, senão a mais antiga das nações, e todavia, quando indagamos a história, encontramos uma mistura de nativos lusitanos, romanos com tropas de várias proveniências, bárbaros como alanos, vândalos, suevos, unificadores como visigodos, muçulmanos de fé oposta, e todavia todos finalmente portugueses, exigindo governo próprio, condição de sentirem que a vida habitual, assente em regras específicas e identificadoras, correspondia a um

valor chamado *liberdade*, sem prejuízo dos condicionamentos culturais e materiais que lhe definem os limites.

A averiguação dos condicionamentos históricos que conduziram a esta multiplicação de grupos com identidades separadas, encontra motivos económicos relacionados com a subsistência, longamente investigada por exemplo pelo sábio Francis Fukuyama, no seu famoso *Ordem Política e Decadência Política* (ed. Portuguesa da D. Quixote, por Miguel Mata, em 2015), destacando-se o capítulo sobre *A Construção de Nações*, onde aceita a seguinte definição: “o nacionalismo é uma forma específica de política de identidade que teve a sua primeira grande expressão na Revolução Francesa. Baseia-se na ideia de que as fronteiras políticas do Estado devem corresponder a uma fronteira cultural primeiramente definida por uma língua e uma cultura comum”.

Todavia, não apenas vivemos séculos, mesmo no espaço europeu, com organizações políticas incluindo varias nações, e essa era ainda a regra europeia antes da guerra de 1914-1918, que terminou com a extinção dos Impérios Europeus continentais, que eram o Império Alemão, o Império Austro-Húngaro, o Império Russo, e o Império Turco. Tudo extinto por inspiração do Presidente Willson dos EUA, que fez inscrever no estatuto da Sociedade das Nações, que não subscreveu, que cada Nação deve ter um Estado.

Acontece porém que chegar a esse princípio de direito internacional, não impediu que nascessem Estados sem Nação, nem que as guerras, até à gravíssima de 1939-1945, tivessem conduzido a Europa, na expressão de Jan Kershaw, “À Beira do Abismo”, procurando sair dessa emergência com o projeto mal estruturado da vigente União Europeia.¹ Mas esta evolução, não impediu que, em Nações politicamente estruturadas, se mantivessem grupos não integrados, e por isso com estatuto diferenciado, em regra conduzindo a submissão e desigualdade, até à repugnância. Lembremos, por exemplo, que as Ordenações do Reino de Portugal mantiveram, até à publicação do Código Civil de Seabra, uma ordenação para mouros de Castela, outra para judeus, e outra para ciganos.

Esta diferenciação, com frequência por razões religiosas na origem, como a guerra de 1939-1945 veio brutalmente a ressuscitar, o terrorismo atual a utilizar, e a Unesco ajudou a identificar, e reprovar, o efeito de causas já eliminadas pela

¹ Ian Kershaw, *À Beira do Abismo*, Lisboa, D. Quixote, 2016.

lusofonia, e que foram os mitos raciais: judeu, preto, mestiço, e agora islamofobia. Ora, se na Europa dos antigos impérios, que a guerra de 1914-1918 extinguiu, e a de 1939-1945 dramaticamente fez reviver, de modo que a questão *judaica* foi a mais dramática, a expansão para a descoberta e domínio do que os ocidentais chamaram terceiro mundo, é que fez dos mitos do negro e do mestiço os dinamizadores da obra esclarecedora de Gilberto Freyre, e da ação portuguesa um tema de projeção mundial. Isto porque um dos efeitos da descoberta e ocupação ou domínio de novas terras e gentes, fez do negro a maior vítima da exclusão pelos ocidentais, usando a escravatura.

Não é que a escravatura tenha sido inventada pelos portugueses que deram os primeiros passos para o globalismo em que hoje vivemos sem conhecimento claro do “que forma é esta de viver”. Os nativos das terras encontradas praticavam a escravatura, e quando os portugueses partiram deste *cais de embarque*, que é esta terra pequena e pobre que nos coube como chão da Pátria, para a aventura planeada das descobertas e conquistas, encontram na costa de África uma abundante oferta de escravos, que os muçulmanos utilizavam para as suas linhas comerciais, e que os naturais capturavam, em combates e depredações locais, para vender à navegação que assim alterou o mercado. E quando o alterou, também o agravou, porque o transporte para terras distantes, como as que viriam a ser o Brasil, implicava o corte com a origem dessas vítimas, quanto às gentes e natureza que era a sua raiz.

É evidente que o método americano de liquidar as populações nativas, como fez com os índios iroqueses, limpando o território de índios e bisontes, não evitou a escravatura de negros importados, que levou à guerra civil, ao assassinato de Lincoln, e às discriminações que tiveram como vítima, já no século passado, o negro Luther King, que não chegou a viver o *dream* que sonhou. Mas o que animou as investigações e criatividade de Gilberto foi a relação entre brancos e pretos no Brasil.

A sua *Casa Grande e Senzala*, que o tornou célebre, disse respeito à relação entre donos *colonizadores brancos e negros escravos*, traçando um caminho histórico de assimilação aos costumes, à fé, à humanização do convívio, até à extinção do estatuto. Não faltam críticas ao que foi chamado o lusotropicalismo, designadamente, para referir as mais significativas, a do mais tarde Presidente

Fernando Cardoso, e a do notável Reitor de Brasília que foi Darcy Ribeiro. Todavia, o primeiro, que sempre acusou Gilberto de adocicar as relações entre as etnias diferentes, considerando-o mais poeta do que cientista, quando Presidente do Brasil declarou o ano 2000 como Ano Gilberto Freyre; e o segundo, marxista ativo, sofrendo, por fidelidade às suas convicções políticas, no exílio e na saudade, deixou ensaios postumamente publicados onde afirma: se a Itália seria outra sem Dante, a Espanha seria outra sem Cervantes, Portugal seria outro sem Camões, o Brasil seria outro sem Gilberto.

Outra crítica frequente a Gilberto é a de que se tornou um protagonista servidor do regime corporativo português que acabou em Abril de 1974. Ora o certo é que Gilberto visitou o então Império Português, parcela do Império Euromundista, quando já era célebre pelos estudos brasileiros, e julgo que só escreveu *O Mundo que o Português Criou* depois que o Almirante Sarmiento Rodrigues o convidou para visitar Goa. Quem tiver lido o seu *Aventura e Rotina*, escrito depois de visitar Angola, e nela a Companhia dos Diamantes, acrescentando a polémica que teve com o Comandante Henrique Vilhena, no *Diário de Notícias de Lisboa*, não vai poder apoiar a adesão ao regime político português de um autor que tenta analisar criticamente uma ação de centenas de anos.

O facto é que Gilberto não ignorou a escravatura, nem a brutalidade de transporte, nem a injustiça do trabalho e da vida de homens que foram propriedade de outros homens: mas aquilo que o impressionou foram as *emergências* do processo, como não acontece com todos os grupos humanos, entre tais emergências está o Brasil, hoje enfrentando dificuldades até de manutenção da unidade, e seguramente com uma componente de deserdados preocupante. Mas a emergência Brasil, com a sua riquíssima especificidade e cultura, e do qual vaticinou o Abade Correia da Serra que lhe viesse a pertencer no Sul do Continente americano o papel dos EUA no Norte. Foi essa emergência que apaixonou Gilberto, e que esperou ver reproduzida no mundo que o português criou, e que hoje está expressa na CPLP e no Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Começaremos por tentar mostrar que, em primeiro lugar, o chamado Império Português que findou em 1974, não teve, com exceção do Estado da Índia, a circunstância que teve o Brasil de longo tempo de domínio, e sobretudo o facto de lá ter estado a capital do Reino de Portugal-Brasil e Algarves, quando D. João VI,

com esse ato, abalou a carreira vitoriosa de Napoleão. Mas a escravatura teve um longo processo de extinção, não obstante o avanço do direito internacional, extinção que começa com o fim da aventura napoleónica. No Portugal europeu foi extinta pelo Marquês de Pombal, nas colónias portuguesas apenas foi extinta por Sá da Bandeira já no regime liberal, no Brasil foi extinto pela Princesa Isabel aceitando conscientemente o fim da monarquia, e na restante África portuguesa, em 1961, é que foi extinto o indigenato. Mas na década de 50 do século passado, quando findara a guerra de 1939-1945, a França e a Inglaterra, pretenderam submeter militarmente o Egipto para manter o domínio do Canal do Suez. O facto foi acompanhado por uma Conferência realizada em Geneva, na qual participei, e convocada pela Sociedade Britânica Antiesclavagista.

A conclusão foi que no Médio Oriente existiam cerca de 500 mil escravos africanos de primeira geração, africanos que eram trazidos desde o Senegal, e conhecidos pelo nome de "Slaves Travel Cheque". Ainda hoje, nesta Europa da União, são reconhecidos casos de escravatura de brancos, sobretudo em explorações agrícolas, não faltando pois neste Ocidente outonal práticas que são reprodução da prática, sobretudo de mulheres e crianças. Por isto, sem esquecer a persistência do mal, desprezador da ética dos Direitos Humanos, e os dramas da descolonização que implicou a guerra em todas as parcelas do Império Euromundista, temos de admitir que na maior parte dos territórios desse antigo Império não ficaram práticas de regime democrático, mas sim de regra políticas extrativas, e não inclusivas, sem implantação do modelo democrático da divisão de poderes, e política inclusiva.

Não podemos por isso, mais uma vez, ignorar o passivo dos regimes que caracterizam o extinto Império Euromundista, cuja ordem pública, com gravidades variáveis, não é sempre a mais favorável para uma que chamamos aqui vida habitual. Mas também mais uma vez salientamos que são as emergências que valem, não os caminhos acidentados para lá chegar. Acontece que de todas as parcelas do Império Euromundista, sendo algumas das antigas dessas parcelas Estados já consideráveis na comunidade das Nações, e pondo de lado a Comunidade Britânica, agora também a perder os laços que não sejam sobretudo anglo-saxónicos, a única parcela que se uniu com a soberania original, mesmo nas

tentativas de novos agrupamentos de que é exemplo a União Europeia, foi o da língua portuguesa.

A CPLP, antes do final da chamada guerra do ultramar, foi antecedida pelos dois Congressos das Comunidades de Língua Portuguesa, que a Sociedade de Geografia organizou, a primeira em Lisboa, Coimbra e Guimarães, a segunda a partir da então chamada Lourenço Marques, ao longo do trajeto de Vasco da Gama até ao monumento inesquecível que é a Ilha de Moçambique, coisa que foi sempre lembrada pelo Embaixador José Aparecido de Oliveira, que liderou a iniciativa final brasileira.

Em primeiro lugar, também neste ponto, não pode ignorar-se que se tratou de coordenar as *emergências*, unindo identidades de fronteiras seguras, unidade a intervir crescentemente, e a ter papel ativo na vida internacional. Nada disto é explicável cabalmente excluindo os laços de afeto que caracterizam a intervenção de Gilberto Freyre. Mas também não seria possível sem o laço da *língua portuguesa*, a mais falada no sul do globo. Foi uma proposta feita no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, no Recife, por uma razão técnica adaptada à realidade.

Não obstante as recentes independências terem mostrado a existência de elites numerosas em cada um dos novos Estados, nenhum deles tenha ainda condições para a tarefa de organizar Academias que, como acontece em Portugal e no Brasil, e também na diferenciada Europa, são as responsáveis pela língua. Pareceu necessário criar um Instituto onde todos intervissem em pé de igualdade. A proposta, que fiz, foi imediatamente assumida pelo Presidente Sarney, e assim nasceu o Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Tão importante que é uma das oito línguas utilizadas pelo *site* da ONU, e tendo designadamente acontecido, que existindo várias cátedras de português em Tóquio na Universidade Católica, no pequeno mas ativo Macau, Portugal deixou apenas uma Escola de Português: nesta data, por interesse próprio, serão umas quinze as universidades que na China ensinam o português, o que mostra que ambas as já grandes potências, que são o Japão e a China, assumiram a importância que lhe atribuem para o relacionamento, fortalecimento de amizades, e atividades económicas e políticas, no espaço da CPLP.

Foi assinado recentemente um Tratado sobre a língua portuguesa, por iniciativa do Brasil, sendo que Portugal imediatamente o executou, aceitando a iniciativa que foi

do Brasil, e julgo que nenhum outro Estado de Língua Portuguesa o ratificou incluindo o Brasil. Sublinho que a Academia das Ciências de Lisboa, responsável pela língua, não foi ouvida nem consultada para as condições da reforma a que a própria Academia teve de obedecer. Nem tudo é sempre acertado, e por mim, tendo obedecido à lei por ser então Presidente da Academia, não deixo de expressar mais uma vez, designadamente na Universidade, que não é indicado fazer tratados a condicionar a evolução de uma língua.

O meu princípio é o de que a língua portuguesa não é nossa, também é nossa. Recordo-me do ensino liceal onde se explicava que, no próprio país originário, a língua evoluciona, sem resistir, à modificação de várias circunstâncias. Recordo por exemplo que, quando um Estado é vítima de invasão e submissão, o ritmo e tom da língua muda para evitar a compreensão pelo invasor, de modo que ela é murmurada; que numa economia agrária vigora a lentidão da língua, que acelera quando se verifica um movimento de industrialização, a exigir maior rapidez nas ordens, decisões, e informações; que a população de um território colonizado, para entender e aprender a língua do colonizador necessita de que as vogais sejam abertas, e que quando deturpa irremediavelmente alguma palavra, é o colonizador que adota a deturpação.

Finalmente, todas as sociedades têm e mantêm valores próprios, fenómenos da natureza específicos, tradições e crenças diferentes, e por isso enriquece a língua com vocábulos que outros países da mesma língua não usam, dando à língua um ritmo e estilo diferente. Se, finalmente, colónias de emigrantes de diferentes nacionalidades se instalam, a língua ganha valores alemães, franceses, portugueses, que nos outros lugares não existem. Por isso insisto em que a língua portuguesa não é nossa, também é nossa; como num fio em que se notam manchas diferentes dos componentes: mas é apenas um fio, não são muitos. E por isso os componentes juntam, apertam, não separam.